

**ATA**

Aos sete dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezasseis, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – Domingos Bragança Salgado - e Vereadores – Amadeu Artur Matos Portilha, Adelina Paula Mendes Pinto, José Manuel Nogueira Teixeira Bastos, Ricardo Jorge Castro Ribeiro da Costa, Paula Cristina dos Santos Oliveira, André Guimarães Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Maria Helena Teixeira de Bragança Borges Soeiro, Ricardo José Machado Pereira da Silva Araújo, e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Secretariou a Diretora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

----- ANTES DA ORDEM DO DIA -----**-----INTERVENÇÕES-----**

O Presidente da Câmara saudou todos os presentes, desejando-lhes um bom ano de 2016 com muita saúde, alegria e sucesso. ---

1 – Vereador José Torcato Ribeiro – Começou por desejar a todos um bom ano. Seguidamente, disse querer trazer uma questão relacionada com um processo em que os proprietários bloquearam o acesso ao Parque de Lazer de Selho, junto da Av.^a da Sociedade Musical de Pevidém, na Vila de Selho S. Jorge, no passado dia 14 de dezembro. Continuou, referindo ter sido assinado, há cerca de doze anos, um protocolo de entendimento com aqueles proprietários através do qual era cedida uma área central de Pevidém à Câmara Municipal para construção do Parque de Lazer de Selho, e, em contrapartida, os proprietários seriam autorizados a construir nos terrenos marginais do Parque de Lazer em condições claramente estabelecidas no referido protocolo.

Disse, ainda, que os proprietários queixam-se que há vários anos acordaram determinadas condições para aquele efeito e que a Câmara Municipal não cumpriu. Acrescentou que, mais acima, na rua do Monte, foi construída uma habitação unifamiliar a que corresponde o proc.º nº 157/01, que poderia servir de alternativa àquele outro acesso, entretanto fechado. Disse, a propósito, ter tido conhecimento que esta rua, que é pública, teria sido vedada, não permitindo o acesso ao Parque de Lazer de Selho, pelo que perguntou se se mantêm as condições de licenciamento daquela habitação, pois se o caminho foi condição para licenciamento da habitação, então agora com o caminho vedado, parece ter deixado de haver condições legais de licenciamento. -----

2 – Vereador António Monteiro de Castro – Começou por desejar a todos um bom ano. De seguida, fez a sua intervenção lendo um documento, em voz alta, que a seguir se transcreve: “Em Dezembro de 2014, intervim neste órgão manifestando o meu desagrado a propósito da circunstância que me parecia incorreta e institucionalmente pouco respeitadora de os vereadores sem pelouro, que compõem igualmente este executivo municipal, tomassem conhecimento pela comunicação social ou por notas de imprensa de iniciativas organizadas pela Câmara e para as mesmas não fossem convidados. O Sr. Presidente concluiu nessa altura o assunto afirmando claramente que em todas as iniciativas que fossem organizadas pela Câmara Municipal seriam naturalmente convidados todos os vereadores deste executivo. Volvido pouco mais de um mês sobre essa intervenção, no dia 22 de Janeiro de 2015, fui forçado a intervir novamente sobre o mesmo tema uma vez que, nesse curto espaço de tempo, ocorreram iniciativas que desmentiam o que aqui nos havia sido manifestado: - Foi o Almoço de Reis – que aliás havia



precisamente motivado a minha intervenção de Dezembro – para o qual os vereadores sem pelouro não receberam qualquer convite ou informação; - Foram as Reisadas dos jardins-de-infância do concelho de que tivemos conhecimento pelo Guimarães Digital numa peça noticiosa onde se dizia **"Este dia de Reis é uma iniciativa promovida pela Câmara Municipal"**, e onde se podia notar a presença de outros senhores vereadores, embora apenas do Partido Socialista; - Foi ainda a cerimónia de assinatura dos contratos com clubes e associações desportivas do nosso concelho, de que tivemos um conhecimento meramente ocasional, apesar de se tratar de um evento organizado pela Câmara e de se tratar de subsídios votados favoravelmente por todos os vereadores e não apenas pelos vereadores do Partido Socialista. Por isso intervim novamente sobre o assunto novamente, apesar de ser intervenção que não me agrada ter que fazer. Intervim por entender ser necessário chamar atenção para a dimensão de **respeito institucional**. O respeito institucional que considero ser devido a quaisquer vereadores sem pelouro que se sentem nestas cadeiras, os do passado, os do futuro e também naturalmente os do presente. Senhor Presidente, Passado este período festivo, verifica-se ter ocorrido, nos inúmeros eventos e iniciativas que a Câmara organiza ou coorganiza, uma vez mais, a mesma situação...Não vou cansá-los com o detalhar desses eventos. Não vou aborrecer-me e certamente aborrecer-vos com o argumento – que verdadeiramente é desnecessário se formos sinceros connosco próprios – de que os eventos organizados por cooperativas detidas pela Câmara são-no, naturalmente, pela Câmara que é quem controla essas instituições. E não vou certamente manter o registo de contributo construtivo das intervenções anteriores, porque foram claramente ignoradas. Direi apenas, Sr. Presidente, que

cesso as minhas intervenções sobre este tema porque percebemos que a intenção deste executivo não é, manifestamente, a de fazer estes vereadores participar nesses eventos. O que registamos com todas as consequências políticas. E que lamentamos, profundamente, o absoluto caricato que é a circunstância destes vereadores que aqui represento serem convidados para inúmeros eventos e organizações, por associações e instituições privadas, e o não sejam para os eventos e organizações levados a cabo pelo próprio órgão que integram.” -----

3 – Vereador Ricardo Araújo – Começou por desejar a todos um bom ano. Seguidamente, perguntou sobre qual o papel que é desenvolvido pela Associação CYBERCENTRO, referindo que a Câmara Municipal era a entidade maioritária. Referiu a importância que este serviço tem tido para a população vimaranense na generalização do acesso dos cidadãos às tecnologias da informação, mas disse, contudo, existir um conjunto de serviços anunciados pela Associação CYBERCENTRO que considerou questionável, referindo concretamente os chamados serviços multimédia, entendendo, a este respeito, que tratando-se de um serviço público não é correto que algumas atividades que constam do “site” oficial configurem atividades concorrenciais com o mercado privado. Referiu, ainda, a questão da Guimarães TV, perguntando se se tratava de um órgão de comunicação social independente ou de um órgão de comunicação da Câmara Municipal. Por fim, quis saber, ainda, se fazia sentido uma associação com maioria pública ter um órgão de comunicação social e de que forma se distingue de outros órgãos de comunicação existentes. -----

4 – Vereador André Coelho Lima – Começou por expressar os votos de um bom ano. De seguida, referiu uma intervenção sua



em reunião de Câmara de 3 de setembro de 2015 tendo perguntado, ao tempo, se havia abertura da Câmara Municipal para que, de futuro, pudesse haver uma maioria de dois terços para aprovação dos grandes investimentos do concelho de Guimarães, tal como propunha o Partido Socialista na sua campanha eleitoral para as eleições da Assembleia da República. Ao tempo o Presidente da Câmara, em resposta, entendeu que o período em causa (campanha eleitoral) recomendava que não se pronunciasse sobre o assunto nesta fase, remetendo a resposta para uma fase posterior. Assim, uma vez que o Governo aprovou agora uma medida naquele sentido, disse entender que devia trazer de novo o assunto ao Executivo por ser este o período indicado pelo Presidente da Câmara na resposta à interpelação feita em setembro último. -----

5 – Presidente da Câmara – Sobre as intervenções feitas, esclareceu: **a)** - Sobre o Parque de Lazer de Selho, disse conhecer o assunto, embora não em pormenor. Disse saber que existe um conjunto de situações de cedências de terrenos que ainda não estão definitivamente resolvidas, pelo que, na próxima reunião, trará uma informação detalhada sobre o assunto; **b)** - Sobre a intervenção do Vereador António Monteiro de Castro disse não ter nada contra os convites dirigidos aos Senhores Vereadores. Disse, a propósito, ter conferido junto dos Municípios do Ave e do Cávado o que a este nível é feito, tendo concluído que nenhum dos Municípios atua da forma como Guimarães faz, concretamente com a preocupação de convidar os vereadores para os eventos por si promovidos. Referiu, a propósito, a autonomia das Cooperativas nesta matéria; **c)** – Relativamente à intervenção do Vereador Ricardo Araújo disse que a Associação CYBERCENTRO tem várias entidades parceiras, sendo que a sua atividade é aprovada em

conselho de administração. Referiu que uma questão que considerou sensível é se, de facto, há serviços que estejam a ser prestados em concorrência com o mercado privado, pelo que averiguará tal situação junto dos associados; **d)** – Sobre a intervenção do Vereador André Coelho Lima, disse que o programa do Governo tem uma abrangência de nível nacional, adiantando que não está de acordo que, a nível local, os grandes investimentos devam ser aprovados por uma maioria de dois terços. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **INFORMAÇÕES** -----

1. Do ofício de Santos Carvalho & Associados, SROC, SA remetendo, para conhecimento, informação sobre a situação económico-financeira do 1.º semestre de 2015 da CASFIG EM, Unipessoal, Lda. -----

2. Do ofício de Santos Carvalho & Associados, SROC, SA, remetendo, para conhecimento, informação financeira do 1.º semestre de 2015 da VIMÁGUA - EIM, SA. -----

3. Dos ofícios da Assembleia Municipal números 236 a 241, datados de 16 de dezembro de 2015, comunicando a aprovação das seguinte propostas em sessão realizada no passado dia 15 de dezembro de 2015: **a)** – “Grandes Opções do Plano e Orçamento – Plano Plurianual de Investimentos – Plano de Atividades – Orçamento da Câmara Municipal de Guimarães para o ano de 2016 – Regulamento de Execução Orçamental – Mapa de Pessoal para 2016 – Orçamento das Entidades Participadas”; **b)** – “Alterações ao Regulamento Municipal de Taxas e Outras Receitas Municipais, à Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais e à Tabela de Taxas e Encargos nas Operações Urbanísticas – Ano de 2016”; **c)** – “Projeto de Regulamento Municipal de Refeitórios



Escolares dos Estabelecimentos de Educação Pré-escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico”; **d)** – “Regulamento do Banco de Livros Escolares”; **e)** – “Alterações à Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais e ao Regulamento dos Parques de Estacionamento Municipais”; **f)** – “Regulamento de Utilização das salas de Ensaio do Teatro Jordão”. -----

4. Dos ofícios da Assembleia Municipal números 247 a 284 que comunicam a aprovação, em sessão realizada no passado dia 18 de dezembro, das seguintes propostas: **a)** – “Proposta de Adesão à Carta Europeia para a Igualdade das Mulheres e dos Homens na Vida Local”; **b)** – “Contratos a celebrar com a CASFIG – Coordenação de Âmbito Social e Financeiro das Habitações do Município de Guimarães, EM, Unipessoal, Lda relativos a 2016”; **c)** – “Associação de Municípios de Fins Específicos Quadrilátero Urbano – Alteração aos Estatutos e Pacto para a Competitividade e Inovação Urbana – Renovação e Atualização”; **d)** – “Constituição de uma Associação para a Divulgação da Ciência em Guimarães – Aprovação dos respetivos Estatutos”; **e)** – “Contrato-Programa - Cooperativa A Oficina – Revogação Parcial”; **f)** – “Contrato-Programa – Cooperativa A Oficina – Ano de 2016”; **g)** – “Contrato-Programa – Cooperativa Tempo Livre – Ano de 2016”; **h)** – “Emissão de Certidão de Interesse Público Municipal para a empresa “Só Cubos – Granitos Unipessoal, Lda., para efeitos e no âmbito do disposto no Decreto-Lei n.º 165/14 de 5 de novembro”; **i)** – “Emissão de Certidão de Interesse Público Municipal para a empresa “Pinto Brasil – Fábrica de Máquinas Industriais, SA”, para efeitos e no âmbito do disposto no Decreto-Lei n.º 165/14 de 5 de novembro”; **j)** – “Emissão de Certidão de Interesse Público Municipal para a empresa “Domingos de Sousa & Filhos, SA”, para efeitos e no âmbito do disposto no Decreto-Lei n.º 165/14 de 5 de

novembro”; **k)** – “Emissão de Certidão de Interesse Público Municipal para a “Empresa Industrial Sampedro, SA”, para efeitos e no âmbito do disposto no Decreto-Lei n.º 165/14 de 5 de novembro”; **l)** – “Emissão de Certidão de Interesse Público Municipal para efeitos de autorização de construção para a empresa “Polopiqué – Comércio e Indústria de Confeções, SA”; **m)** – “Emissão de Certidão de Interesse Público Municipal para efeitos de autorização de construção para a empresa “Fábrica de Tecidos do Carvalho, Lda”; **n)** – “Emissão de Certidão de Interesse Público Municipal para efeitos e no âmbito do disposto no Decreto-Lei n.º 165/14 de 5 de novembro”; **o)** – “Emissão de Certidão de Reconhecimento de Interesse Municipal no âmbito das exceções previstas no art.º 29.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal”; **p)** – “Assistentes Operacionais – Renovação de Autorização e Recrutamento ao Exterior”; **q)** – “Recrutamento Excecional de Assistentes Operacionais – Reserva de Recrutamento”; **r)** – “Prémio de História Alberto Sampaio – Compromisso Plurianual e aprovação de Regulamento”; **s)** – “Isenção de Taxa a Pessoa Singular”; **t)** – “Aquisição de Serviço – Energia Elétrica para Iluminação Pública e para diversas instalações pertencentes à Câmara Municipal de Guimarães – Abertura de Procedimento – Concurso Público n.º 7/15”; **u)** – “Autorização Prévia de Compromisso Plurianual para o Fornecimento de Gasóleo Rodoviário a Granel – 1.800.000 Litros”; **v)** – “Revisão Orçamental”; **x)** – “Alteração ao regulamento Municipal de Frequência e Funcionamento das Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) nos Jardins de Infância da Rede Pública do Concelho de Guimarães”; **y)** – “Regulamento de Projetos Económicos de Interesse Municipal – Suspensão Parcial do Regulamento”; **z)** – “Contrato Interadministrativo de Delegação



de Competências nas Freguesias/União de Freguesias – Atribuição de Verbas para Alimentação e Gestão de Refeitórios Escolares e Desenvolvimento das Atividades de Animação e Apoio à Família da Educação Pré-escolar – janeiro a julho de 2016”; **aa)** – Freguesia de Nespereira – Aquisição de Veículo Ligeiro de Passageiros – Apoio à Junta de Freguesia e à Atividade de Associações Locais”; **bb)** – “Freguesia de Aldão – Aquisição de Projetos de Especialidade para o Campo de Jogos e Balneários na freguesia de Aldão – Apoio à Junta de Freguesia de Aldão”; **cc)** – Freguesia de Azurém – Atribuição de um Subsídio no valor de €10.000,00 destinado ao projeto “Oficina das Letras”; **dd)** – “Freguesia de Sande S. Martinho – Alteração ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências – Ano de 2015 – Primeiro Aditamento”; **ee)** – “Freguesia de Ponte – Alteração ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências e aprovação de Contrato de Atribuição de Subsídio – Ano de 2015”; **ff)** – “Freguesia da Costa – Alteração ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências – Ano de 2014 – Primeiro Aditamento; **gg)** – “Freguesia de Fermentões – Alteração ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências – Ano de 2015 – Primeiro Aditamento”; **hh)** – “União de Freguesias de Sande S. Lourenço e Balazar – Alteração ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências – Ano de 2015 – Primeiro Aditamento”; **ii)** – “União das Freguesias de Abação e Gémeos – Alteração ao Contrato de Atribuição de Subsídio e aprovação de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências – Ano de 2014”; **jj)** – “Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências nas Freguesias de Lordelo, Selho S. Cristóvão e União das Freguesias de Souto Santa Maria, Souto S. Salvador e Gondomar, para gestão de

instalações desportivas”; **kk)** – “Alteração de Trânsito na Freguesia de Azurém – Rua 15 de Maio (Dia Internacional da Família)”; **ll)** – “Alteração de Trânsito na Rua Padre Puga – Freguesia de Azurém”; **mm)** – “Alteração de Trânsito na Rua Nossa Senhora de Fátima – Freguesia de Pencelo”. -----

5. Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 16 de dezembro de 2015, que aprovou a lista de erros e omissões da empreitada designada por "**Ligação da Rotunda de Mouril à Variante de Creixomil**", de acordo com informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

----- **DELIBERAÇÕES** -----

CÂMARA – ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 2016.

Foi dispensada a leitura da ata por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. A Vereadora Maria Helena Soeiro não participou na discussão e na votação da proposta por não ter estado presente na reunião. -----

PATRIMÓNIO - HASTA PÚBLICA Nº 1-2016 - VENDA DE VIATURAS ABANDONADAS NA VIA PÚBLICA, METAIS FERROSOS, VIATURAS E EQUIPAMENTOS MUNICIPAIS –

Presente a seguinte proposta: “Em reunião da Câmara Municipal realizada em 12 de novembro de 2015 foi aprovado o regulamento da hasta pública nº 2/2015, destinada à venda de 9 viaturas abandonadas na via pública para desmantelamento qualificado, metais ferrosos e alumínio, 5 viaturas e 2 equipamentos municipais. O respetivo ato público realizado no dia 22 de dezembro de 2015 ficou deserto. Assim, vem a Divisão de Trânsito e Espaço Público comunicar que de acordo com informação



entretanto recolhida, há uma significativa quebra nos valores de mercado praticados na atualidade, pelo que de modo a assegurar o objetivo principal – desmantelamento qualificado dos veículos e valorização de materiais para reaproveitamento libertando o espaço ocupado pelos mesmos - propõe a realização de um novo procedimento, pelos valores base constantes na sua informação datada de 30 de dezembro de 2015, integrando ainda mais 4 veículos abandonados na via pública e uma viatura municipal. Assim, submete-se à consideração superior a abertura de procedimento para venda em hasta pública de 13 viaturas abandonadas na via pública, metais ferrosos e alumínio, 6 viaturas e 2 equipamentos do município, devendo o respetivo regulamento ser submetido a aprovação da Câmara Municipal. À consideração superior.” O regulamento da hasta pública dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

TURISMO - FEIRA AFONSINA 2016 – 6.ª EDIÇÃO – Presente

a seguinte proposta: “**A - INFORMAÇÃO À CÂMARA MUNICIPAL** - 1 – **A Feira** - A “Feira Afonsina” visa reconstituir o período histórico da génese da nacionalidade portuguesa, recriando os usos, costumes e tradições vimaranenses da época medieval. Esta fórmula tem suscitado um acolhimento popular muito significativo e, conseqüentemente, tem sido aplicada em certames análogos, com resultados visíveis em termos de afluência e participação. A “Feira Afonsina” destaca-se e diferencia-se das demais pela motivação dos elementos envolvidos e pelo rigor com que procura abordar a época retratada, proporcionando ao visitante um contacto real com a história da cidade-berço, através da recriação de momentos e cenários próximos dos reais, recorrendo a uma investigação constante

sobre usos, costumes e episódios. Associando aspetos culturais e dados históricos, pretende-se com este evento construir um conjunto de conteúdos artísticos diferenciadores que valorizem a história e as tradições dos Vimaranenses e reavivando o imaginário popular emanado pelas figuras do Conde D. Henrique de Borgonha e de D. Afonso Henriques. Pretende-se, também, recuperar os usos e costumes, o artesanato e a gastronomia locais, reinterpretando deste modo o *modus vivendi* do burgo nos séculos XI e XII. A área urbana em que se realiza é pontuada por monumentos nacionais e edifícios classificados que oferecem, naturalmente, uma caracterização arquitetónica irrepreensível. A ambientação dos espaços e a construção de material cenográfico contribui substancialmente para o efeito desejado: a recriação da vila medieval vimaranense. Na prossecução desse objetivo, o envolvimento da população e dos comerciantes locais revela-se vital para o sucesso do evento. Esta estratégia de atuação, orientada para a recriação histórica e integração da população nas dinâmicas do evento, visa essencialmente a consagração de um posicionamento diferenciador no espectro nacional, assegurando, assim, a sustentabilidade futura do evento.

2 – A edição de 2016

- Na presente edição, que decorrerá de 23 a 26 de junho, o evento retratará o episódio do “Recontro de Valdevez”, que se traduziu num combate entre os exércitos de D. Afonso Henriques e D. Afonso VII de Castela, seu primo. Nesta edição, e de molde a corresponder às expectativas dos mercadores, comerciantes e associações locais, bem como do público visitante da Feira, aumentou-se para mais um dia de realização do evento, sendo a partir de quinta-feira até domingo.

3 - Envolvimento da Comunidade, Associações, Instituições Locais e Comerciantes

- O envolvimento da comunidade, associações,



instituições locais e comerciantes do concelho apresenta-se como um eixo de ação essencial para o sucesso do evento. Neste sentido, a Organização pretende realizar ações de formação e workshops temáticos para voluntários, no intuito de dotá-los de competências que permitam a sua integração e participação nos diversos momentos de animação e na dinâmica comercial do evento. Paralelamente, são fornecidos conselhos e orientações aos comerciantes do centro histórico procurando incentivá-los à decoração/ambientação dos seus espaços, mantendo, desta forma, o desejável rigor e qualidade. Este esforço será complementado pela animação oficial do evento e pela implantação de artesãos e artífices em áreas específicas. 4 – Organização - O evento “Feira Afonsina 2015” será organizado pela Câmara Municipal de Guimarães. **B – PROPOSTA - Preços de inscrição para comerciantes e demais condições:** 1. Atenta a organização e logística associadas à realização da Feira Afonsina, a inscrição no evento por parte dos comerciantes que nela pretendam participar, ficará sujeita ao pagamento de uma taxa de participação que se propõe seja fixada nos termos da tabela abaixo indicada, com valores para entidades privadas, e na proporção de menos 50% para associações locais e menos 60% para associações inscritas no RNAJ. -----

| Designação Comercial | Localização | Taxas de Participação |
|------------------------|----------------------------------------------|-----------------------|
| Artesão e Artífices | Largo do Carmo | 20€ / p/m2 |
| | Largo da Oliveira | 40€ / p/m2 |
| | Praça de S. Tiago | 40€ / p/m2 |
| | Largo da Misericórdia / João Franco | 30€ / p/m2 |
| Místicos | Largo dos Laranjais | 25€ / p/m2 |
| Produtores Alimentares | Largo Cónego José Maria Gomes (Praça Mercar) | 30€ / p/m2 |

(Continuação)

| Designação Comercial | Localização | Taxas de Participação |
|--------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------|----------------------------|
| Mercadores Alimentares Tipo I | Rua Conde D. Henrique | 30€ / p/m2 |
| | Paço dos Duques | 30€ / p/m2 |
| | Largo Cónego José Maria Gomes (Praça Mercar) | 40€ / p/m2 |
| | Rua Nun'Álvares | 50€ / p/m2 |
| | Largo Condessa do Juncal - Zona 2 | 30€ / p/m2 |
| Mercadores Alimentares Tipo II | Rua Conde D. Henrique | 65€ / p/m2 |
| | Paço dos Duques | 65€ / p/m2 |
| | Praça Nova - Valor final com estrutura "contentor" CMG | 950€ |
| | Rua Nun'Álvares | 80€ / p/m2 |
| | Largo Condessa do Juncal - Zona 1 - Valor final com estrutura "contentor" CMG | Estruturas "centrais" 800€ |
| | | Estruturas "laterais" 950€ |
| | Largo Condessa do Juncal - Zona 2 | 65€ / p/m2 |

Valores com IVA Incluído.-----

2. Considerando que às entidades que poderiam beneficiar de uma eventual isenção de taxas são aplicados preços reduzidos, mais se propõe que a Câmara Municipal não autorize qualquer isenção de pagamento. 3. Com vista a assegurar o estrito cumprimento das Normas de Participação na Feira e a devolução do espaço público ocupado nas condições prévias à ocupação, propõe-se que seja exigida uma caução a todas as entidades, de €75,00 (artesãos, artífices, místicos e produtores alimentares e mercadores alimentares Tipo I) e de €150,00 (mercadores alimentares Tipo II, bares e restaurantes). 4. Propõe-se a aprovação das Normas de Participação (em anexo), alteradas em conformidade com as disposições precedentes." As referidas Normas de Participação dão-se aqui por reproduzidas e ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro,



Maria Helena Soeiro e Ricardo Araújo apresentaram a seguinte **declaração de voto:** "A sexta edição da Feira Afonsina a ter lugar neste ano nos dias 23, 24, 25 e 26 do mês de Junho, terá um formato e uma ocupação de espaço físico que não difere substancialmente da solução adotada no ano passado. De entre os eventos e momentos recriados constam um conjunto de tradições usos e costumes vimaranenses da época medieval tal como é referido na proposta e que neste ano abordará o "*Recontro de Valdevez*" que diz respeito a um dos vários combates que o nosso rei fundador travou com seu primo Afonso VII, rei de Castela. Trata-se de um evento do agrado da generalidade dos vimaranenses e de quem nos visita, e de qualidade reconhecida por instâncias nacionais ligadas ao turismo. Pode constituir um fator para a reestruturação do modelo económico da nossa terra, dando um importante contributo para a diversificação do tecido económico local, fortemente dependente do sector secundário, nomeadamente do industrial têxtil e calçado, indo ao encontro dos grandes desafios nacionais e internacionais que são colocados na área do turismo e onde os indicadores nacionais apontam para crescimentos na área dos dois dígitos. Apesar de Guimarães ter condições, pela sua história, pelo seu património e pelas suas gentes para se poder afirmar como um importante polo nacional de turismo e de ter merecido fortes investimentos em infraestruturas e equipamentos por parte dos anteriores executivos camarários, vê-se confrontado com números confrangedores no respeitante a alguns importantes indicadores neste domínio. Por isso, esse sector deverá constituir um dos grandes desígnios constante e persistentemente perseguidos. Não haverá dúvidas sobre aquilo que pensamos acerca da importância desta aposta na realização da Feira Afonsina e sobre o nosso

completo apoio. A razão de ser das nossas preocupações tem sobretudo a ver com a forma como esta proposta mais uma vez nos é apresentada. Pela terceira vez, com o tema Feira Afonsina, vimos manifestar o nosso descontentamento pelo facto de uma proposta desta dimensão e importância não vir acompanhada por um documento em que estejam patentes as diferentes rubricas de despesa e receita do evento. Sendo certo e indiscutível o nosso reconhecimento pela importância do evento, não é menos certo que estamos a lidar com dinheiros públicos e que por isso mesmo nos é exigido visibilidade e transparência absoluta dos atos. Em bom rigor, um voto consciente desta proposta obrigar-nos-ia a ter conhecimento pleno dos recursos económicos envolvidos e de qual a dimensão da receita direta, mesmo que apenas estimada, e do esforço desenvolvido nesse sentido. Se nos anos anteriores ainda fomos contemplados com informação acerca do valor previsto para a realização do evento, 120.000€ na edição de 2014 e 200.000€ na edição de 2015, para a edição da Feira Afonsina deste ano, talvez como reprimenda pela forma como temos contestado a falta de orçamento do evento, nem sequer nos é apresentado na presente proposta o valor global para o esforço do investimento. Tivemos que ir consultar o plano de atividades do município para o ano de 2016 em curso, para saber que está prevista uma verba semelhante à de 2015, isto é, 200.000. Pensamos que se não foi de propósito, não deixa mesmo assim de ser um ato de desconsideração pelas nossas intervenções. Apesar desta postura que criticamos, e porque importa referir o extraordinário trabalho que é feito pelo departamento de cultura do Município, e em particular pelos seus trabalhadores já que, como é sabido, a Feira Afonsina, sendo uma das maiores e das mais complexas organizações culturais do nosso concelho é organizada pela



Câmara Municipal recorrendo para o efeito aos seus recursos internos pelo que, se assinala a injustiça da referência que vinha feita no artigo 46 do Enquadramento do contrato programa do Município com A Oficina, em que se dizia que *“As áreas relacionadas com a prossecução de serviços públicos como a cultura, requerem um know-how que a organização humana do Município não detém e, especialmente, de equipas técnicas de reconhecido mérito e qualidade, essenciais à programação de excelência, reconhecida ao Concelho de Guimarães, território onde a cultura se constitui como núcleo e como motor do desenvolvimento social e económico”*, pela injustiça dessa referência, dizíamos, e por não concordarmos com a mesma nem a subscrevermos minimamente, pretendemos deixar expresso um voto de congratulação aos trabalhadores do departamento cultural da Câmara Municipal de Guimarães, que apesar de serem considerados por alguns como não tendo o know-how suficiente para a prossecução de serviços públicos relacionados com a cultura, pelos vistos têm-no em doses bastantes para levar a cabo a maior organização cultural anual do concelho de Guimarães. Por todo este conjunto de razões e tendo em conta a reconhecida importância que este evento pode assumir na caminhada para a desejada afirmação do turismo em Guimarães votamos favoravelmente.” -----

EDUCAÇÃO – ESCOLA BÁSICA CRUZ D’ARGOLA – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 21 de dezembro de 2015, que disponibilizou, à Escola Básica Cruz D’Argola o transporte, em autocarro, dos alunos que frequentam o ATL a uma vista de estudo à Póvoa de Lanhoso, no passado dia 23 de dezembro.
DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

CULTURA - ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA E DO CASTELO DE GUIMARÃES -

ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – Presente a seguinte proposta: “A Associação de Amigos do Paço dos Duques de Bragança e do Castelo de Guimarães propõe-se realizar em 2016 a iniciativa designada “O quotidiano no tempo de Afonso Henriques”. Com a reabertura prevista de todos os espaços do Castelo de Guimarães, a Associação, conjuntamente com a Direção do Paço dos Duques, constatou a manifesta inexistência de imagens que pudessem ajudar a explicar aos mais jovens o quotidiano no tempo de D. Afonso Henriques. Atendendo a que uma larga percentagem de visitantes do Castelo são crianças, seja em visita escolar ou familiar, a Associação propõe-se elaborar um grafismo e imagens destinadas aos mais jovens e que retratem o quotidiano no tempo de D. Afonso Henriques, primeiro Rei de Portugal, e, sem dúvida, a personagem historicamente mais relevante associada ao Castelo de Guimarães. Com estas imagens será elaborada uma apresentação em Powerpoint através da qual se explorará com o público escolar a figura de D. Afonso Henriques e o quotidiano daquela época. Atendendo ao inequívoco interesse pedagógico e cultural da iniciativa proponho, ao abrigo do nº6 do artigo 2º do Regulamento de Atribuição de Subsídios às Entidades Culturais, Artísticas, Recreativas e Humanitárias de Guimarães, a atribuição, à referida Associação, de um subsídio de €3.000,00 destinado a comparticipar nos custos de organização da iniciativa “O quotidiano no tempo de Afonso Henriques”.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CULTURA - GRUPO CULTURAL E RECREATIVO “OS TROVADORES DO CANO” – CANTAR DOS REIS 2016 –
ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – Presente a seguinte proposta:



"Decorrerá no corrente mês de janeiro a habitual iniciativa promovida pelo Grupo Cultural e Recreativo "Os Trovadores do Cano" "Cantar as "Reisadas" em vários pontos da cidade, incluindo nesse percurso a Câmara Municipal. Considerando o exemplo seguido nos anos anteriores e o interesse cultural da iniciativa, que concorre para a preservação de uma tradição natalícia relevante, proponho, ao abrigo do n.º 6 do artigo 2.º do Regulamento de Atribuição de Subsídios às Entidades Culturais, Artísticas, Recreativas e Humanitárias de Guimarães, a atribuição, à referida Associação, de um subsídio de €150,00 (cento e cinquenta euros) destinado a compartilhar nos custos de organização da iniciativa." **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

DIVERSOS - CONSTITUIÇÃO DE FUNDOS DE MANEIO DA CÂMARA MUNICIPAL PARA O ANO DE 2016 – Presente a seguinte proposta: "Nos termos do Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro (Considerações Técnicas 2.9.10.1.11) e do nº 4 do art. 12º do Regulamento Interno da Contabilidade e, ainda, do art.º 2º do Regulamento de Controlo Interno dos Fundos de Maneio, submete-se à consideração superior a constituição dos fundos de maneio abaixo indicados para acorrer, com oportunidade, a despesas diversas, durante o ano de 2016, bem como os respetivos titulares e seus substitutos. Conforme é habitual, foram consultados os serviços municipais. **1. Titular: Rui Miguel Lino Castro, Chefe da Divisão de Trânsito e Espaço Público** – €300,00 (trezentos euros) para despesas com portagens e com estacionamento dos veículos municipais quando em serviço externo – rubrica 05/020210. **Substituto:** Para substituir o titular nas suas faltas e impedimentos, propõe-se a designação de **Armando Filipe Ribeiro Gonçalves, Assistente**

Operacional da Divisão de Trânsito e Espaço Público. 2 - Titular: Rui Miguel Lino Castro, Chefe da Divisão de Trânsito e Espaço Público – €400,00 (quatrocentos euros) para despesas com combustível – correspondendo €200 (duzentos euros) a gasolina (rubrica 05/02010201) e €200 (duzentos euros) a gasóleo – (rubrica 05/02010202). **Substituto:** Para substituir o titular nas suas faltas e impedimentos, propõe-se a designação de **Armando Filipe Ribeiro Gonçalves, Assistente Operacional da Divisão de Trânsito e Espaço Público.**

3 - Titular: Rui Miguel Lino Castro, Chefe da Divisão de Trânsito e Espaço Público – €400,00 (quatrocentos euros) para despesas com renovação de licenças de veículos municipais, conforme legislação em vigor – rubrica 05/06020305. **Substituto:** Para substituir o titular nas suas faltas e impedimentos, propõe-se a designação de **Armando Filipe Ribeiro Gonçalves, Assistente Operacional da Divisão de Trânsito e Espaço Público.**

4 – Titular: Baltazar Francisco Campos Oliveira Vilela, Técnico Superior da Divisão de Trânsito e Espaço Público – €4000,00 (quatro mil euros) para despesas com reparações urgentes de viaturas – rubrica 05/020203. **Substituto:** Para substituir o titular nas suas faltas e impedimentos, propõe-se a designação de **Rui Miguel Lino Castro, Chefe da Divisão de Trânsito e Espaço Público.**

5. Titular: Isabel Cristina da Silva Pinho, Chefe da Divisão de Cultura e Turismo – €500,00 (quinhentos euros) para despesas com aquisição de materiais indispensáveis a montagem de exposições, feiras e eventos culturais – rubrica 09.02.01.21. **Substituto:** Para substituir o titular nas suas faltas e impedimentos, propõe-se a designação de **João Manuel Teixeira Marques Costa, Técnico Superior da mesma Divisão.**

6 – Titular: Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier, Diretora



do Departamento de Administração Geral – €250,00 (duzentos e cinquenta euros) para despesas com expediente de secretaria – rubrica 02/020108. **Substituto:** Para substituir a titular nas suas faltas e impedimentos, propõe-se a designação de **Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida, Chefe da Divisão Jurídica. 7 – Titular: Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier, Diretora do Departamento de Administração Geral – €1500,00** (mil e quinhentos euros) para despesas com taxas e emolumentos devidos aos Cartórios Notariais, Conservatórias de Registo Civil, Predial e Comercial, Tribunais e Serviços de Finanças – rubrica 02/020225. **Substituto:** Para substituir a titular nas suas faltas e impedimentos, propõe-se a designação de **Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida, Chefe da Divisão Jurídica. 8 - Titular: Isabel Maria Ferreira Miranda, Chefe da Divisão de Ação Social – €2000,00** (dois mil euros), destinado a acorrer, com oportunidade, ao pagamento, com caráter de urgência, de apoios a conceder no âmbito da alínea a) do art. 2º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos – rubrica 08/040802. **Substituto:** Para substituir a titular nas suas faltas e impedimentos, propõe-se a designação de **Paulo César Ribeiro Fernandes, Técnico Superior da mesma Divisão. 9 – Titular: Ivone Carmo Silva Gonçalves, Chefe da Divisão de Bibliotecas – €100** (cem euros) para despesas com aquisição de material diverso destinado às atividades promovidas pela Biblioteca – rubrica 13/06020305. **Substituto:** Para substituir a titular nas suas faltas e impedimentos, propõe-se a designação de **Julieta Sameiro Costa Esteves, Assistente Administrativa Especialista da mesma Divisão.** Estes fundos de maneo serão reconstituídos mensalmente, contra entrega dos documentos comprovativos da

despesa, e a sua reposição será feita até 31 de Dezembro do respectivo exercício económico.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

RELATÓRIO E CONTAS - INCLUSÃO DO SALDO TRANSITADO DO ANO 2015 NOS FUNDOS DISPONÍVEIS – Presente a

seguinte proposta: “Considerando que: 1. Para cumprimento do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, que regulamenta a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 02/06, se impõe o registo dos compromissos da seguinte forma: a) Para os compromissos que se enquadrem no n.º 1 do referido artigo, pelo seu valor integral, independentemente do momento em que ocorre a execução física e financeira dos contratos nomeadamente para os celebrados com as empresas municipais e fundações; b) Para os que se enquadrem no n.º 2 deste artigo, deve ser efetuado pelo montante efetivamente a pagar no período de determinação dos fundos disponíveis (caso dos salários, comunicações, eletricidade, fornecimentos contínuos); 2. O cálculo dos fundos disponíveis é efetuado para períodos de três meses; 3. A receita a utilizar para o cálculo dos fundos disponíveis está condicionada a esse período de três meses; 4. A alínea a) do nº3 do artº 5º do Decreto – Lei nº 127/2012, de 21 de junho, determina que “integram ainda os fundos disponíveis, os saldos transitados do ano anterior cuja utilização tenha sido autorizada nos termos da legislação em vigor”; 5. Nos termos do disposto na alínea c), do n.º 1, do artigo 4.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA), é competência da Câmara; 6. O Município necessita, de dispor de fundos disponíveis para fazer face a despesas imprescindíveis constantes dos documentos previsionais aprovados para o corrente ano; 7.



Nos termos da alínea i) do nº1 do artigo 33º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara aprovar os documentos de prestação de contas; 8. Que o mapa de fluxos de caixa integra os documentos de prestação de contas; 9. Que o saldo da gerência anterior só pode ser integrado com aprovação dos fluxos de caixa.

PROponho: 1.Aprovação do **MAPA DOS FLUXOS DE CAIXA DE 2015**; 2.Autorização nos termos e para efeitos do disposto na alínea c), do n.º 1, do artigo 4.º da LCPA, da integração nos fundos disponíveis, dos saldos transitados do ano anterior, nos termos da alínea a) do nº3 do art.º 5º do Decreto – Lei nº 127/2012, de 21 de junho.” O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE APROVAR A ATA EM MINUTA. -----

O Presidente da Câmara recordou que a próxima reunião será descentralizada, realizando-se nos Espaços Criativos da Vila de Brito (antigo edifício da GNR), considerando-se todos os membros presentes devidamente convocados. -----

PELAS DOZE HORAS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ATA. -----